

A organização da *khóra*: a pólis grega diante de sua hinterlândia

Questões conceituais e metodológicas¹

MARIA BEATRIZ BORBA FLORENZANO²

Neste capítulo, pretendemos retomar de modo mais sistemático questões conceituais e metodológicas que vieram adquirindo densidade ao longo dos anos a partir dos vários estudos de caso empreendidos no Labeca. Desde 2004, quando se iniciaram no MAE os debates que levaram à fundação do Laboratório em 2006, percorremos um longo caminho e diante da pesquisa empírica, por força, amadurecemos muitas noções, muitas formas de abordar o documento material e de mobilizar dados de sorte a chegar mais perto dos temas escolhidos sobre a sociedade grega organizada no espaço. Toda a nossa pesquisa, ainda que fundada no documento material, foi realizada em constante diálogo com os textos antigos, com a historiografia sobre a Grécia antiga e, evidentemente, com a reflexão dos arqueólogos que mais recentemente lidaram com o tema do espaço na Antiguidade grega. Procuramos inserir assim nossa reflexão na discussão mais atual sobre a temática. Felizmente, neste século XXI, História e Arqueologia vêm caminhando de mãos dadas, o que permite uma aproximação mais consistente em relação à antiguidade grega e às questões que esta coloca para o mundo contemporâneo.³

1. Pesquisa financiada pela Fapesp Proc. n. 2009/54583-1 e pelo CNPq Proc. n.305438/2009-3
2. Professora Titular de Arqueologia Clássica do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Coordenadora geral do Labeca – MAE/USP. florenza@usp.br
3. Este capítulo pode ser considerado complementar àquele por nós publicado em 2019: “Definindo a pólis: o papel das fronteiras na integração do espaço políade” em *Khorion – Χωρίον Cidade e Território na Grécia Antiga*, São Paulo, Fapesp/Intermeios, 2019, pp. 147-160.

I. Pontos de partida

A pólis

Ao criar um Laboratório de Estudos sobre a Cidade com base na pesquisa sobre a organização do espaço na Grécia antiga, tínhamos como ponto de partida uma definição precisa de pólis. Serviu-nos de base a definição proposta por A. Snodgrass, arqueólogo inglês, que entende que o termo grego pólis “denota, em senso estrito, uma unidade política que consiste em um assentamento e seu território, unidos politicamente um com outro e independente de outras unidades políticas”. (1986, p. 47)⁴ Da mesma forma, serviu-nos como ponto de partida a definição de *khóra* como o território apenso aos núcleos urbanos das várias pólis gregas, a hinterlândia ‘rural’ controlada por uma pólis ou, ao menos, sujeita à expectativa de controle por uma pólis.

São estas definições – em alguma medida estáticas e fixas – que nos serviram e servem ainda como fios condutores da pesquisa, como pontos referenciais, como ‘portos seguros’ à medida que a análise da documentação primária se aprofunda. Mas, é mister esclarecer desde já que, por mais válidas e necessárias que continuem sendo estas definições, a variedade de realidades evidenciadas pelo estudo detalhado do documento primário nos fez compreender a dificuldade de captar a natureza da sociedade grega impondo-lhe um único modelo interpretativo tal qual uma figura engessada. E talvez seja este mesmo o traço principal da helenidade na antiguidade: uma variedade enorme de soluções de manuseio e de combinações de traços culturais a partir de um repertório comum compartilhado. Repertório amplo e sempre alimentado pela criatividade deste povo e também transformado pela mobilidade grega no Mediterrâneo e pelo contato cultural com outras populações nos séculos focalizados em nossos estudos, sobretudo do VIII ao IV a.C.

Com efeito, durante estes anos de pesquisa, e diante da documentação coletada, nos deparamos com questões que extrapolavam um conceito rígido da cidade antiga grega. Questões fundamentais, que nos foram trazidas justamente pelo estudo da organização da sociedade no espaço amplo da cidade e de sua hinterlândia: quais eram os limites entre as diferentes pólis; qual era a dinâmica do contato entre uma pólis e outra pólis; qual a dinâmica do contato entre pólis

4. Em nosso texto usaremos tanto o termo *pólis* como o termo *cidade* para definir o mesmo fenômeno que inclui uma área urbanizada e uma área rural integradas. Optamos por não utilizar em nosso laboratório o termo cidade-estado consagrado pela historiografia tradicional, por entender que ele conduz a um viés ‘político’ de interpretação da cidade grega antiga, o que não se adéqua ao tipo de estudo que promovemos e muito menos à concepção que apresentamos em nossa pesquisa sobre a sociedade grega.

e formas não gregas de organização social; qual a dinâmica do contato entre pólis e formas gregas de organização social diferentes das pólis, como os *éthne*; quais as mudanças geradas a partir do contato na organização do espaço e da sociedade; como é registrada a identidade de cada pólis ou de cada *éthne* no espaço; como os gregos estabeleciaam fronteiras; que elementos da organização do espaço refletem a percepção de mundo dos gregos antigos.

Por estas razões, já a partir de 2009, data do início do segundo projeto temático, sem deixar de lado o conceito de pólis inicialmente proposto, assumimos uma definição mais fluida em que pólis ficou entendida como uma moldura interativa, criada e permanentemente modificada pelos gregos e no interior da qual a sociedade se movimentava. Fomos igualmente forçados a reconhecer que nem todos os gregos organizavam-se politicamente e no espaço como pólis. Ainda que as pólis tenham predominado como forma preferencial de organização na sociedade grega – na percepção dos próprios gregos desde a antiguidade e da historiografia em geral – *éthnos* e pólis coexistiram em todo o período que estudamos e até, pelo menos, a época helenística.

Da mesma forma, a definição de *khóra* ganhou contornos mais complexos na medida em que a documentação primária foi mostrando um quadro em que, quase sempre, a hinterlândia das cidades gregas tinha áreas organizadas que visavam à produção agropastoril, áreas mais afastadas destinadas à simples reserva de território e com uma economia voltada à exploração de recursos silvestres e à piscicultura, áreas tampões entre grupos diferentes (pólis diferentes ou grupos não gregos), e ainda fronteiras distantes marcando áreas de domínio ou garantindo a circulação de bens. O estudo da distribuição e da dispersão de material arqueológico no espaço mostra, assim, uma hinterlândia variadíssima, móvel, fluida, sujeita ao controle ora de uma pólis, ora de outra; ora de *éthne* específicos, ora de grupos não gregos em contato com gregos.

Com o desenrolar da pesquisa, percebemos que a *khóra*, mais do que um espaço que se apresentava como uma ‘parte’ da pólis, era uma realidade física que se configurava como parte estruturante da sociedade grega antiga e que a nossa compreensão da natureza mesma da cidade grega antiga depende do conhecimento das formas de sua ocupação e de seu uso.

Nossos estudos mostraram como a lida com o território, ou melhor, o estabelecimento do domínio sobre o espaço – independentemente de necessidades ligadas à expansão de terras agricultáveis, ou de outras necessidades puramente econômicas – era parte essencial da estruturação da sociedade grega (Florenzano, 2018a).

Cronologias

Como qualquer estudo do passado, o estabelecimento de parâmetros cronológicos e espaciais foi sempre indispensável. Como dissemos há pouco, ainda que tenhamos como ponto de partida definições estáticas e fixas de pólis e de *khóra*, é evidente que nem uma e nem outra foram entidades estáveis nem no tempo nem no espaço. A caracterização da cidade grega de forma ampla apresenta uma série de dificuldades que devem necessariamente ser levadas em consideração, e a primeira delas diz respeito à amplitude cronológica dos assentamentos urbanos que costumamos chamar de pólis ou de cidades gregas. Estes assentamentos surgiram no mundo grego a partir do século IX a.C. e conheciam uma longa história por pelo menos seis séculos. Por outro lado, do ponto de vista espacial, a difusão da fundação de cidades pelos gregos tem uma abrangência poucas vezes considerada pelos historiadores: do sul da Espanha até os cantos remotos do Mediterrâneo oriental, passando naturalmente pelo Sul do que hoje chamamos Itália, pelo Norte do continente africano e pelo litoral da Turquia e dos países que margeiam o Mar Negro. Como já tivemos a oportunidade de frisar em outras ocasiões, esta realidade fragmentada criada pelos próprios gregos colocou-os diante de desafios enormes para a sobrevivência: respostas específicas foram necessárias à adaptação em paisagens tão diversificadas; e o contato com grupos humanos organizados de forma completamente diferente exigiu criatividade e muitas vezes tolerância para a preservação da própria identidade. Em nossa pesquisa procuramos destacar os traços que, no interior da variedade, marcam a identidade grega em época arcaica e clássica, entre os séculos VIII e IV a.C. Entretanto, é fato sobejamente conhecido que a heterogeneidade da documentação primária sobre a antiguidade (grega ou não) é não apenas lacunosa como extremamente heterogênea e, assim, por vezes e de acordo com a área em estudo, foi vantajoso recuar um pouco no tempo, até o século IX ou mesmo até o X e outras vezes, contextos do século III ofereceram subsídios para a interpretação daqueles contextos do século IV a.C.

No decorrer da pesquisa, ficou claro que apropriação e organização de terras, estabelecimento de domínio sobre território, divisão de terras ou de propriedades são ações que estão no princípio, na definição de novas estruturas, e que fazem parte do lançamento de bases iniciais de funcionamento de uma sociedade. Nesse sentido, o período dos séculos VIII ao VI e no máximo até o início do V a.C. (dependendo da região) é marcado, no mundo grego em geral, pela experimentação na definição do uso do território ou de padrões de organização e de formas de domínio do território. Entretanto, é principalmente a partir da metade do século V, mas sobretudo no IV e no III a.C. que o documento primário revela experiências concretas de organização racional da hinterlândia

da cidade grega, em lotes mais definidos e regulares. (Brunet, 2001; Chevitere, 2001; Carter, 2008). Temos consciência de que esta constatação pode estar ligada à própria natureza heterogênea da documentação; por outro lado, ela é a documentação que possuímos.⁵ Os estudos de caso que apresentamos neste volume levaram em conta esta característica fundamental da documentação primária, documentação que, dependendo do contexto analisado, é mais consistente ou mais lacunosa.

Fontes

O núcleo duro de nossa pesquisa – em sendo pesquisa de Arqueologia – está fundamentado em fontes materiais. Estas foram recuperadas em relatórios de escavação, catálogos publicados, material escrito disponível em sítios arqueológicos visitados, publicações das mais variadas, possíveis de serem recuperadas em várias viagens realizadas à Itália e à Grécia, por vários dos pesquisadores envolvidos no projeto. Como já dissemos, a natureza desta documentação é extremamente heterogênea: relatórios de prospecções de superfície, relatórios de escavação estratigráfica, catálogos de distribuição de material cerâmico, repertórios de distribuição de necrópoles (de onde vem boa parte da documentação arqueológica móvel), repertórios de distribuição de estruturas arquitetônicas e urbanísticas no espaço, ou simples vestígios de uma ou outra dessas estruturas publicados monograficamente. É indispensável destacar o papel dos achados de necrópoles e de espaços religiosos na construção do conhecimento das sociedades antigas por meio da Arqueologia. As necrópoles respondem por um sem-número de informações, a começar pela análise de sua distribuição no espaço. Por outro lado, o formato da sepultura e de seus marcadores e, ainda, o ritual de enterramento apreendido por meio da forma de deposição do morto e do mobiliário que o acompanha, permitem a definição de identidades, levando a um conhecimento fundamental sobre contato, transformação social e assim por diante. Da mesma forma, a distribuição de áreas religiosas na paisagem e a análise do mobiliário de oferendas depositadas nestas áreas, levam ao conhecimento de rituais identitários de grupos específicos

5. O caso de Metaponto, pólis grega no Sul da Península Itálica, é revelador sobre isto: a cidade foi fundada em 630 a.C., momento em que a malha urbana foi traçada. A malha da *khóra* organizada em lotes regulares, suprida de vias de circulação padronizados, de canais de irrigação é bastante posterior, do último quarto do século V e sobretudo do século IV a.C. Há um ou outro indício de que ela poderia ter sido também traçada desde o começo do século VI a.C. Em que medida somos aqui limitados por nosso documento primário? As escavações simplesmente não encontraram esses vestígios mais antigos ou eles realmente não existem? (Florenzano, 2012, p. 299).

e também do contato entre grupos humanos diversificados. (Souza, 2018) Toda esta documentação foi reunida no *Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga* (Labeca —MAE/USP) e parte considerável dela foi inserida no *Nausitoo*, Banco de dados de acesso fácil para a pesquisa.

As fontes escritas, entretanto, nunca foram deixadas de lado e com elas dialogamos permanentemente: sejam estas as tradicionais fontes literárias, como a produção ática de século V e IV a.C., sejam elas as fontes epigráficas, muitas datadas de época arcaica e ricas de indicações importantes sobre o uso funcional do espaço e mesmo sobre a divisão de terras, como, apenas para citar exemplos estudados por nós, a “estela do porto” de Tasos (Puccini neste volume) ou as tábulas de Heracléia (na Lucânia) (Florenzano, 2018b).

II. Definições

A pesquisa realizada no Labeca sobre o uso e a organização do espaço da *khóra* das pólis gregas contou com uma base conceitual distribuída em três grandes temas: repartição e/ou apropriação de terras, especialização do espaço e fronteiras.

Repartição e/ou apropriação de terras

A repartição e/ou apropriação de terras é um tema fundamental para o tratamento do uso da terra na *khóra*; mas também diz respeito ao disciplinamento dos lotes de terreno no interior da *ásty*. Este é um tema que ultrapassa o conceito de urbanismo e que busca explicar a natureza da pólis grega para além desse conceito. Procuramos aqui aplicar — com muita modéstia — um dos ensinamentos de E. Greco:

o fenômeno urbano, enquanto organização e articulação de um espaço monumental que integra as áreas públicas e aquelas privadas em uma sistematização orgânica, coloca-se de forma diferenciada no curso da história grega. Não é, portanto, presente desde a sua origem. (1981, p. 141)

Para este autor o conceito de urbanismo não é adequado à realidade da Grécia antiga. Antes há de se considerar que a realidade histórica da cidade grega tem um âmbito territorial e que nenhuma cidade grega foi uma grande cidade antes da época clássica (séculos V e IV a.C.). Assim, a experiência antiga propõe uma abordagem do espaço em que se examine a distribuição da população no terreno e a organização das atividades produtivas antes do que a forma urbana propriamente dita (Greco, 1981, p. 142).

A historiografia sobre a repartição das terras na Grécia antiga assentou-se tradicionalmente em alguns textos principais produzidos na antiguidade que serviram de guias para o estudo da organização do espaço políade. São textos de autores importantes que foram preservados e chegaram até nós: Homero, Sólon, Aristóteles, Platão, Eliano. São textos muito citados e comentados e ainda que os tenhamos já comentado em outro artigo (Florenzano, 2012), entendo seja importante retomá-los aqui.

O primeiro texto e mais antigo que registra esta questão é uma passagem famosa de Homero, no canto VI da Odisseia quando o poeta explica que

De lá fê-los erguer-se o deiforme Nausítooo,
e assentou-os em Esquéria, longe de varão come-grão;
em volta puxou muro para a cidade, construiu casas,
fez templos e dividiu glebas. (Homero, *Odisseia*, VI, 7-10)⁶

Um segundo texto, muito mobilizado para tratar de uma fase importante da história da Ática é aquele que teria sido escrito por Sólon e no qual é indicada a reforma promovida por este legislador no regime de divisão de terras:

Eu, das razões pelas quais reuni
o povo, de qual desisti antes de alcançá-la?
Poderia testemunhá-lo de modo excelente no tribunal do tempo
a poderosa mãe dos deuses olímpicos,
a Terra Negra, cujos marcos⁷ um dia
eu arranquei, cravados em toda parte;
antes escrava, agora livre. (*Jambos*, 24, 1-5)

Platão e Aristóteles, em Atenas, no século IV incluíram a repartição de terras na configuração que fizeram da cidade ideal. Segundo Platão:

O que seria, então, o plano justo de distribuição? Em primeiro lugar, nós precisamos fixar ao certo o número total de cidadãos; em seguida, é preciso definir a distribuição deles — quantas seções, e de que tamanho cada uma

6. Não por acaso o Banco de Dados do Labeca chama-se *Nausítooo*, em uma referência direta a este fundador arquetípico de cidades do mundo grego. Usamos a tradução de Christian Werner, mas mantendo o nome Nausítooo no lugar da tradução usada por este especialista: ‘Nauveloz’.

7. ‘marcos’ é a palavra que indica os marcadores de terrenos posicionados entre os lotes e chamados pelos gregos de *hóroi*; termo indispensável no estudo da repartição da terra na Grécia Antiga.

delas deve ser; e entre essas seções é preciso distribuir, com a maior igualdade possível, tanto a terra quanto as casas (Platão, *Leis*, V, 737 c).

Em primeiro lugar o legislador (fundador) deve instalar a pólis o mais próximo possível do centro do território (*khóra*)⁸. [...]. Para começar ele deverá estabelecer um lote sagrado (*témeno*) para Héstia, Zeus e Atena, rodeado por muros e ao qual dará o nome de ‘acrópole’. Depois disso, ele precisa dividir todo o território (*khóra*) em doze partes (*mére*). As doze partes precisam ser equalizadas: as menores serão de terra boa, as maiores de terra de qualidade inferior. Em seguida, ele marcará 5.040 (*kléroi*) lotes de terra, mas cortará cada um em duas partes de sorte que cada lote a ser distribuído tenha uma parte perto do centro e outra mais distante do centro[...]. A população também deverá ser dividida em doze seções[...]. Em seguida, deverão ser atribuídos doze lotes (*kléroi*) para os doze deuses[...]. E as doze partes da cidade também devem ser divididas da mesma maneira [...] e cada cidadão precisa receber como sua parte duas moradias, uma perto do centro e outra nas fronteiras. Assim é que a fundação ficará completa. (Platão, *Leis*, V, 745 b - e).

Aristóteles, por outro lado, em passagens da *Política*, expunha assim a questão da divisão das terras:

O calcedônio Falêas foi o primeiro a tratar desse assunto, pois ele disse que as propriedades dos cidadãos devem ser iguais, e pensava que a equalização não seria difícil de realizar-se no estágio inicial da fundação das cidades (Aristóteles, *Política*, IV, 1266b).

É necessário, portanto, que as terras sejam divididas em duas partes, e uma delas deve ser de propriedade pública, enquanto a outra deve ser de propriedade individual. Cada uma destas duas divisões deve ser novamente repartida em duas; uma porção das terras públicas deve ser destinada aos serviços do culto religioso; e a outra a cobrir com os seus produtos o custo dos repastos coletivos; das terras de propriedade privada uma parte deve corresponder à área próxima às fronteiras e a outra à área próxima à cidade a fim de que possam ser destinados dois lotes a cada cidadão e todos partilhem ambas as áreas. Há equidade e justiça nessa divisão e ela também inspira uma disposição mais generalizada entre a população da fronteira para enfrentar a guerra (Aristóteles, *Política*, IX, 1330a).

8. Todos os termos gregos utilizados obedecem ao regramento feito no Glossário do Labeca acessível em: www.labeca.mae.usp.br

Ainda um último texto antigo merece ser mencionado no contexto das terras originalmente atribuídas a divindades. Trata-se do autor romano Cláudio Eliano que escreveu suas *Várias Histórias* no século II d. C. São anedotas e curiosidades sobre os gregos e os romanos e que, de acordo com especialistas, registram costumes seculares. Sobre as terras atribuídas aos deuses, Eliano conta que

Dionisio (tirano de Siracusa) atacou a cidade de Túrio (no sul da Península Itálica) com uma frota de trezentos navios repletos de homens armados: mas Boreas (divindade dos ventos), assoprando ao contrário, quebrou os navios e destruiu toda a armada. A partir de então, os túrios, por meio de um decreto público, sacrificaram a Bóreas e ofereceram a ele sacrifícios, concederam-lhe a cidadania e atribuíram-lhe uma casa e um lote de terra e ainda estabeleceram em sua homenagem um festival anual (Eliano, *Várias Histórias*, 12, 61).

Estas passagens foram empregadas pelos estudiosos de modos variados. Na maior parte das vezes serviram de pistas a seguir de sorte a elaborar uma reflexão mais aprofundada a respeito da repartição de terras entre os gregos. Em que pese a distância cronológica entre elas — do século VIII a.C. (Homero) ao II d.C. (Eliano) — e os diferentes contextos históricos em que foram escritas, deve-se reconhecer que estes textos não foram criados em um vazio e que refletem, sem dúvida, experiências concretas vividas pelos gregos desde o século VII a.C. São textos guias para os estudiosos e deles deve partir qualquer estudo sobre a repartição de terras na Grécia antiga. Acredito que podemos afirmar com segurança que estes textos e

tantos outros que nos foram deixados pelos gregos, sejam textos escritos entre os séculos V e IV a.C., sejam aqueles tão numerosos gravados nas pedras e que registram leis ou decretos, atos de compra e venda, contratos etc, que nos ensinam que a posse de um pedaço de terra era a base da cidadania. A Grécia era uma sociedade agrária por excelência, e somente os cidadãos podiam possuir um lote de terra e era este traço que os tornava membros legítimos do grupo e que lhes dava o direito de participar de decisões que definiam os rumos do grupo. Assim, os estudos sobre a divisão de lotes de terra entre os gregos, nas diferentes pólis, sempre focalizaram a questão do relacionamento entre o exercício da cidadania e a propriedade da terra (Florenzano, 2012, p. 295).

Em 1966, o historiador ítalo-israelense David Asheri sistematizou todos estes textos antigos e a terminologia neles presentes sobre a divisão da terra em uma obra já considerada clássica: *Distribuzione di terre nell'antica Grecia*. Suas conclusões são sempre jurídico-ideológicas, discutindo o direito civil na Grécia antiga de modo geral, as bases da cidadania, os direitos políticos e, por fim, a percepção que os gregos possuíam em relação à posse e ao usufruto da terra. Entre os termos estudados por Asheri deve-se destacar a expressão *dasmós klerouchía*, que designava a repartição originária de lotes que se encontrava na base de uma pólis. A expressão é muito mobilizada nos textos datados a partir do século V a.C., justamente nos casos concretos de distribuição originária de terras, como nas fundações de apoikias.⁹

Não é demais ver nesta obra, assim como na historiografia tradicional sobre a Grécia antiga que vem desde o século XIX ao menos, a forte ligação da explicação da repartição de terras com as formas de organização política, e sobretudo, com a democracia.

Se por um lado, dialogamos com estas fontes escritas e com a sua interpretação proposta por esta produção historiográfica riquíssima, por outro, muito diversa é a maneira como a Arqueologia nos coloca defronte à questão da repartição de terras. Mesmo em situações em que o dado arqueológico é abundante para períodos recuados, como por exemplo em Metaponto, identificar arqueologicamente o *dasmós klerouchía*, a repartição originária das terras, configura-se como uma tarefa impossível (Florenzano, 2012). O mesmo poderá ser dito com relação a Siracusa ou em relação a Cirene ou ainda em relação a Túrio, cidades para as quais também possuímos muitos dados arqueológicos e textuais.

A repartição de terras no mundo grego, tal qual revelada pelo estudo do testemunho material arqueológico, não vem ilustrar a fonte textual tornando-a concreta e visível e nem mesmo complementá-la. Como já tive a oportunidade de destacar:

A Arqueologia, neste caso, abre um leque enorme de dados novos e coloca muitas outras questões que no fundo apontam para os nuances da complexidade da sociedade antiga grega, dos relacionamentos humanos e das práticas encontradas na negociação do espaço que por força ocorre no cotidiano da vida em conjunto. O documento arqueológico sobre a repartição das terras no mundo grego antigo põe a nu a criatividade do homem grego

9. Preferimos neste trabalho o uso do termo grego *apoikia*, de sorte a fugir do debate acadêmico ainda em curso sobre o emprego do termo ‘colônia’. Sobre desdobramentos deste debate, ver mais à frente, neste volume, Kormikiari. Consultar Glossário Labeca, acessível em: www.labeca.mae.usp.br

que, para além dos regramentos e normatizações, via-se em cada época e em cada canto do Mediterrâneo diante de contextos e situações complexas de vida que exigiam dele adaptações importantes no uso e na organização do espaço. (Florenzano, 2012, pp. 296-297).

O estudo da documentação que pudemos reunir em nosso Laboratório desde 2006 e das leituras e seminários de discussões ocorridos desde então, nos permitiu definir — do ponto de vista estritamente arqueológico — no interior da problemática sobre a repartição de terras ou sobre a apropriação de territórios no mundo grego antigo, alguns temas principais. São eles: a) o *tamanho dos lotes* (dentro e fora dos muros); tema que inclui o posicionamento dos lotes quando do desenho das malhas: quando as malhas são desenhadas a partir dos lotes ou quando o são a partir das vias; b) *articulação dos lotes* fora dos muros e dentro dos muros, tema que trata perifericamente da infraestrutura de vias e de manejo hidráulico; c) a existência de *lotes desocupados* no interior dos muros conhecidos como ‘áreas de respeito’ e o simbolismo das áreas muradas no interior do espaço da pólis; d) a *especialização de lotes* de acordo com suas funções: residenciais, voltados à produção agrícola, oficinas artesanais, áreas de uso comum cívico, terrenos de usufruto dos deuses, terrenos de usufruto dos mortos.¹⁰

Se por um lado o documento textual nos permite compreender como os próprios antigos sistematizaram e perceberam os princípios da repartição das terras, por outro lado, é na fonte material que a prática da apropriação e do uso do terreno se evidencia de forma mais concreta.

Serve-nos neste contexto a reflexão de D. Yntema sobre o uso da documentação material associada ao documento textual, ponto crucial para todos os que lidam com a antiguidade. Reflexão importante na definição do tema da repartição de terra na Grécia antiga:

As fontes históricas escritas podem ser vistas como as percepções e interpretações do passado produzidas por escritores antigos. As fontes arqueológicas consistem em interpretações feitas por arqueólogos atuais, de elementos e conjuntos de vestígios materiais dispersos do passado (Yntema, 2000, p. 2).

10. Estes temas já foram tratados em artigos publicados no bojo das pesquisas desenvolvidas no Labeca, como: Florenzano, (2018a); Florenzano, 2014; ou em trabalhos de pós-graduação como Peixoto, 2017; Catano, 2017.

Especialização de espaços

Uma longa tradição de estudos do urbanismo antigo, que na Arqueologia podemos traçar sobretudo a partir de Gordon Childe (1950), demonstrou que nas sociedades simples mais antigas e mesmo em sociedades camponesas

há uma falta típica de diferenciação no uso do espaço e do trabalho que também permeia outras áreas da vida e do pensamento. Não há separação entre trabalho, vida, religião, e a separação entre o sagrado e o profano é apenas sutil (Rapoport, 1969, pp. 1-17).

Nesta visão, adotada em nossas pesquisas desde a fundação do Labeca em 2006, à separação de espaços com funções específicas que gradualmente vai ocorrendo na sociedade grega, como atestado no documento material, corresponde uma maior complexificação da estrutura social. Traçar os caminhos desta complexificação tal qual registrada na documentação arqueológica do espaço constituiu-se em um de nossos fios condutores.¹¹

Já os textos antigos (desde Homero e Hesíodo), no uso de termos específicos para definir espaços funcionais diferentes, deixam clara a percepção que tinham os gregos sobre a complexidade das atividades que realizavam e que demandavam espaços adequados e diferenciados. Parte daqui uma gama de termos que vão desde os mais gerais que designam formas de assentamento como pólis, *kóme*, *empórion*, *apoikia*, a outros mais específicos que designam partes de territórios com funções diferenciadas como *ásty*, *khóra*, *eskhatiá*, *khoríon*, *frúrion*, *gépedon*, *oikópedon*, *hóros*, *hodós* e assim por diante.¹² É importante lembrar que o próprio *Copenhagen Polis Centre*, laboratório dinamarquês que durante dez anos debruçou-se sobre o estudo dos textos antigos a respeito da pólis grega, publicou vários artigos em que trata especificamente de alguns desses termos e de sua incidência quantitativa e qualitativa nos textos antigos. Em que pesem serem os nossos estudos sobre o documento material e não sobre as fontes textuais, estes termos ou conceitos criados pelos gregos para designar a funcionalidade de seus espaços foram mobilizados por nós em várias ocasiões, no decorrer de nossas pesquisas e vão aparecer igualmente nos estudos apresentados neste volume.

11. Não é este o espaço adequado para aprofundarmos esta questão sobre a especialização de espaços. Sobre esses temas, devem ser consultados: Polanyi (1957) sobre o *embeddedness* da sociedade e ainda Rapoport (1982) e Lawrence e Low (1990)

12. Indispensável a consulta ao Glossário Labeca para a definição de cada um desses termos, disponível em: <www.labeca.mae.usp.br>.

No caso do documento material, a Arqueologia comprova que um dos primeiros espaços a se especializar, a ser bem definido e a ser monumentalizado na pólis, foi o espaço sagrado. Com efeito, decorre disto a interpretação de que o elemento integrador dos grupos humanos que se organizaram em pólis a partir do século VIII a.C. e mesmo anteriormente, tenha sido a religião que dessa forma vem intimamente associada ao poder.¹³ Da mesma forma, a análise do documento arqueológico vem insistindo na presença de um espaço especializado para atividades públicas, para reuniões e discussões sobre tomadas de decisão –a ágora –, desde a origem da configuração da cidade grega no século VIII a.C. Áreas específicas para os mortos fora da área central, as necrópoles, também foram tomando corpo já a partir do século IX a.C., bem como a separação espacial entre as atividades artesanais e as áreas habitacionais. Neste último caso, a separação muitas vezes (dependendo do tipo de atividade e da intensidade da atividade) é tardia, no final da época clássica. Datam dessa época muitas das grandes oficinas ceramistas, (os *kerameikoi*), ou a concentração de atividades metalúrgicas em bairros residenciais específicos.

De toda forma é importante registrar que em muitos casos, a sobreposição de funções em espaços únicos fica também bastante registrada no documento arqueológico do período que estudamos, sempre dependendo da localidade e da cronologia.

Podemos afirmar com segurança, a partir do estudo das fontes materiais, que o registro dos dados sobre a especialização do espaço é bem mais do que um mero detalhe: informação constante na documentação textual grega de época Arcaica e Clássica, a especialização funcional de espaços fica marcada no documento material em nuances significativas, levando-nos a um melhor conhecimento da sociedade grega tal como ela se inscrevia no espaço. E, por esta razão, esta é uma das vertentes dos estudos que vimos realizando sobre o espaço na Grécia antiga.

Fronteiras

Estudar a organização da *khóra* grega entendendo-a como uma hinterlândia representou, nos últimos anos, um verdadeiro desafio. Desafio no sentido de que a heterogeneidade da documentação material, de um lado, impediu o estabelecimento de modelos fixos de organização da *khóra* e, de outro lado, o conjunto dos dados arqueológicos nos mostrou que a inserção da *khóra* pertencente a uma pólis define menos a natureza da própria pólis do que o

13. São inúmeras as pesquisas que vêm comprovando essa relação da formação da pólis associada à religião. Para citar apenas algumas que vêm sendo mais mobilizadas em nosso Laboratório: Vallet, 1968; Polignac, 1994; Mazarakis Ainian, 1997; Hirata, 2010.

estabelecimento de uma fronteira na hinterlândia pela pólis. E esta fronteira, na maior parte das vezes, extrapolava o que os gregos entendiam como *khóra*. Este é um resultado significativo de nossa pesquisa e esperamos que os estudos apresentados neste volume deixem ver como a cidade grega se posicionava diante de sua hinterlândia, agora sim entendida como todo o território sobre o qual uma pólis pretendia impor seu domínio ou sua influência. Já nos estudos realizados no bojo do primeiro projeto temático, havíamos percebido a necessidade que os gregos sentiam em estabelecer os limites na hinterlândia, fosse entre as próprias pólis, fosse entre gregos e vizinhos bárbaros. Ao mesmo tempo em que percebíamos no material arqueológico a pontuação de limites definidos no interior da *ásty* (a existência de muralhas na maioria das pólis desde época arcaica é apenas um desses limites¹⁴), registrávamos que meios de convivência eram garantidos nas fronteiras de maneira a promover as passagens e os contatos com o exterior da pólis. Se, por um lado, o mar se apresentava como uma fronteira natural e já dada para boa parte das pólis gregas, por outro, colocava-se a necessidade de definição das fronteiras territoriais por iniciativa da própria pólis.

Assim, podemos dizer que o tema das fronteiras na cidade grega antiga é, desde o início, informado pelas perguntas: o que se deve entender por fronteiras; até onde vão os territórios de uma pólis?, qual sua área de domínio e qual a sua área de influência? até onde se estende a *khóra*? quais elementos possuímos para medir esse território? quais são os marcadores de suas dimensões? como se dá a integração do espaço abrangido por estas fronteiras? qual o significado último das fronteiras para a compreensão da sociedade?

As fontes escritas e epigráficas, sobretudo, de século V e IV a.C. mencionam terrenos, áreas territoriais, apensos às pólis e que são denominadas de *eskhatíai* (sg. *eskhatiá*). A definição já considerada como clássica desta área da pólis grega, é do epigrafista francês L. Robert:

As *eskhatíai* nas cidades gregas são a região além do cultivado, dos domínios e das fazendas que ocupam as planícies e os vales, são a região ‘do fundo’, terras ruins, de uso difícil [...] nas montanhas [...] deixadas aos pastores, aos carvoeiros [...]. (1960, pp. 304-305)

Assim, de acordo com este autor que se fundamenta sobretudo em fontes textuais, a *eskhatiá* era o terreno além do centro urbano e das terras cultivadas; eram as terras nas fronteiras sem maior interesse para a pólis, a não ser a manutenção justamente da fronteira. Hoje, esta posição vem sendo revista, e a documentação arqueológica e epigráfica vem jogando uma nova luz sobre a

14. Sobre este assunto, a referência principal é a obra de Frederiksen, 2011.

produtividade econômica desses terrenos e sobre os vários sentidos simbólicos que estes terrenos assumiam entre os gregos (Daverio-Rocchi, 1988; Rousset, 1994; Giangiulio, 2001). Com efeito, a quantidade de achados arqueológicos tem demonstrado que mesmo que estes sejam terrenos periféricos e fora do que nós poderíamos chamar de ‘centro’, eles não parecem estranhos às dinâmicas sociopolíticas ou socioeconômicas da vida coletiva.

Na geografia histórica, uma nova disciplina – a *limnologia* – tem trazido contribuições no sentido de se entender as fronteiras como uma parte da hinterlândia que é bem definida, percebida como tal por seus habitantes e passível de interpretação como espaço aproveitável e com uma dinâmica própria (Daverio-Rocchi, 2009; Kormikiari, 2011). No caso das cidades gregas, trabalhar com o princípio de que as fronteiras entre as pólis e entre as pólis e os não gregos devem ser vistas não como um confinamento limitado por uma linha contínua (mesmo natural, como um rio ou uma cadeia de montanhas) mas em sua profundidade, pode ser de grande utilidade na interpretação dos vestígios materiais de pequenos assentamentos ou santuários dispostos a 10, 20 ou 30 km de distância da área amuralhada. É importante registrar que o documento arqueológico que vimos analisando, sobretudo, na Grécia ocidental, proveniente de regiões que podemos entender como fronteira, tem revelado uma mistura muito grande de vestígios gregos de origem diversificada e vestígios não gregos. Isto se revela tanto em traços arquitetônicos quanto em materiais menores como oferendas em áreas sagradas ou em enterramentos. E este será um elemento importante nas abordagens feitas em alguns dos capítulos deste volume. Ora, podemos entender que populações fronteiriças conviviam, criando uma realidade social e uma solidariedade própria. As áreas interioranas, em relação às instalações à beira do mar, possuíam um ecossistema próprio que permitia às populações ali instaladas a constituição de uma economia fundamentada no uso do “selvagem”: a piscicultura, o aproveitamento da lenha, a coleta de frutos espontâneos, e assim por diante. Há ainda alguns indicadores de existência de cultivo planejado, por exemplo da vinha (exemplos na hinterlândia de Lócris) ou do trigo (hinterlândia de Metaponto).

Ainda que do ponto de vista da Arqueologia – e refletindo sobre a documentação da Grécia ocidental – seja impossível constatar a jurisdição (no sentido legal) de uma pólis sobre uma hinterlândia distante e diversificada, não se pode deixar de considerar que essas áreas fronteiriças abrigavam cidadãos de uma ou de outra pólis. Podemos considerar também que estes cidadãos conviviam com estrangeiros, com não gregos, nessas áreas, como atesta a formação do registro arqueológico (como dissemos acima ao tratar das ‘fontes’). Sobre isto, importa afirmar que a solidariedade criada no convívio cotidiano, na solução de problemas comuns, nas estratégias de vida adotadas, dava a estas áreas a

possibilidade de escolher pender para um ou outro lado. Pensemos, por exemplo, nas tensões criadas entre Lócris e Régio pelo domínio da hinterlândia do que é hoje a Calábria meridional; ou nas áreas de influência de Agrigento e Himera no interior da Sicília; ou nos conflitos de fronteiras e em torno do controle de rotas em direção ao Tirreno, gerados entre as pôlis do Golfo de Tarento. Assim sendo, as fronteiras, vistas em sua profundidade, como produtoras de bens e como áreas de acesso a outras regiões importantes, tinham poder de negociação e de interferência sobre o ‘centro’. Neste sentido, ‘centro’ e ‘periferia’ podem ser definidos apenas com relação à geografia, em relação estrita de distanciamento e vizinhança, com características econômicas e sociais próprias, mas em dependência mútua e em um *continuum* cultural constatado pela dispersão de toda sorte de vestígios de ocupação territorial e sobretudo dos vestígios sagrados.

E é assim que podemos entender os territórios fronteiriços no mundo grego no contexto da *frontier history*. A *frontier history* foi introduzida nos estudos históricos pelo historiador norte-americano Frederick Jackson Turner em um congresso em Chicago, em 1893. (Corcella, 1997, p. 60) Turner, preocupado em explicar a ocupação do interior do território que viria a constituir os EUA, entendeu que o contato de pioneiros, livres de vínculos institucionais, com terras usadas por populações seminômades “primitivas”, criava uma base fundamental para um sentimento democrático que ficou sempre característico na História norte-americana. De acordo com Corcella, Turner definia estes territórios como *free-land, terra nullis*, porque naturalmente a ocupação indígena não contava, ainda que os pioneiros tivessem que enfrentar de modos variados os diferentes grupos (Corcella, 1997, p. 61).

O conceito de *frontier history* foi introduzido pela primeira vez no estudo das cidades do mundo grego antigo por E. Lepore (1967), não sem grandes adaptações. Para Lepore, a história colonial grega é *frontier history* não quanto experiência de contato com a terra livre – *éremos*, como diziam os gregos de época clássica – mas, ao contrário, enquanto terra ocupada por populações indígenas ou *epikhóriai*.¹⁵ História de fronteiras em que gregos de um lado e não gregos de outro não se colocavam como blocos culturais unitários, fixos e compactos, mas como realidades socioculturais sempre em processo de mudança e em movimento (Lepore, 1967). A *frontier history* não se ocupa do que está institucionalizado, mas sim do que ocorre socialmente, do contato e do conflito entre duas sociedades diferentes, duas estruturas socioeconômicas diversas

(Lepore, 1967; Lombardo, 1994, p. 58). Na *frontier history*, o contato determina reações diversas em base a relações socioeconômicas diferentes no interior de um e de outro grupo, fazendo com que as fronteiras apareçam como espaços “embaçados”, integrados à cidade de maneira mais fluida e em que negociações e contatos com não gregos ocorriam de forma continuada.

Entretanto, é preciso estarmos atentos pois não é este um conceito a ser aplicado mecanicamente à leitura de qualquer tipo de contexto histórico relacional, quando se reconhece processos de interação entre realidades e sujeitos diferentes. Segundo Lombardo a *frontier history* deve ser entendida como uma

noção historiográfica que indica uma determinada perspectiva e reconstrução histórica, que individualiza e assume como seu objeto específico um certo tipo de contexto histórico que se desenvolve em áreas ‘periféricas’ de um determinado horizonte político, socioeconômico e cultural em expansão (1997, pp. 743-749).

Lombardo se refere aqui, sem dúvida, às realidades criadas pelos vários movimentos de expansão grega no Mediterrâneo, a partir do século IX a.C., em que gregos entraram em contato com populações não gregas ao Oriente e ao Ocidente da Península Balcânica. Contatos estes “desbalanceados” na medida em que se reconhece hoje que durante todo o processo de criação da helenidade, os traços especificamente gregos, vieram a prevalecer. É o grande historiador da Antiguidade, Ed. Will, em importante obra de 1956 sobre a aplicação do conceito de etnicidade à história da Grécia antiga, que diz “Toda a história da civilização grega é a história da elaboração de uma civilização mista” (Will, 1956, p. 99).

Ainda que a *frontier history* tenha maior aderência para o estudo das áreas fronteiriças entre gregos e bárbaros (norte do Egeu; Mar Negro; Ásia Menor; Magna Grécia e Sicília; Sul da França e Espanha, norte da África), é indispensável ressaltar que não há documentação material ou textual que nos permita estabelecer linhas fixas de fronteira entre as próprias pôlis gregas. A questão das fronteiras na cidade grega antiga vai, por isso, muito além do contato ou do conflito entre populações com estruturas socioeconômicas diferentes. Na verdade, como atestam os exemplos famosos de conflitos territoriais entre Tebas e Atenas; Argos, Micenas e Tirinto; Crotona e Síbaris; Agrigento e Himera e tantos outros, a disputa por fronteiras entre as próprias pôlis gregas também fazia parte das definições e redefinições de limites e de territórios e, em última análise, de fronteiras. Questão esta que nos joga diretamente à questão da “definição de identidades”, não apenas entre gregos e não gregos como também entre gregos e gregos. Há de se refletir, por exemplo, em que medida a marcação das fronteiras territoriais corresponderia à marcação e/ou criação destas identidades

15. O termo *epikhóriai* tem sido usado mais recentemente pelos especialistas para designar as populações encontradas pelos gregos ao fundarem suas inúmeras apoikias pelo Mediterrâneo, evitando-se assim o uso do termo *indígena*. No estágio atual em que se encontra nossa pesquisa, nos valemos indiferentemente dos dois termos e da expressão *não gregos* para designar todas estas populações.

individualizadas entre as pôlis. Por sua vez, a definição de identidades não pode ser estudada sem que se considere o fato de que a estruturação de muitas pôlis em época arcaica se sobrepõe a distintivos étnicos pré-existentes como, por exemplo, o dórico, o aqueu, o jônico, o eubeu, o lócrico, que resistiram até muito depois de consolidadas as cidades.

É por estas razões que assumimos em nossas pesquisas no Labeca que os territórios fronteiriços devem ser entendidos como processos, mais do que como linhas limítrofes; como parte econômica e social e politicamente integrante e estruturante do todo. Como nos diz Whittaker (1997, p. 4), a interação social em torno de formas de vida comum é a que cristaliza, é a que forma a fronteira. Entendemos, pois, que a posse de maior quantidade de território poderia, nesta perspectiva, estar ligada a questões econômicas (sobrevivência e contato para aquisição de bens vindos de outras áreas do Mediterrâneo), a questões de defesa e também a questões ligadas à manutenção e ostentação de poder. (Florenzano, 2018a).

Neste sentido, em várias publicações e pesquisas do Labeca procuramos consolidar a documentação sobre a definição das fronteiras na pôlis grega de sorte a estruturar uma síntese sobre a simbologia da ocupação, sobre a afirmação de poder político, sobre as questões ligadas à sobrevivência, ao contato entre grupos diferentes, à defesa e à proteção da hinterlândia grega.¹⁶

Esta síntese passa ainda, necessariamente, por dois traços da civilização grega de época arcaica e clássica que dizem respeito à marcação de fronteiras e que vêm recebendo atenção de historiadores e arqueólogos nos dois últimos decênios: a instalação de santuários “extra-urbanos” e a criação de pequenos assentamentos militares (ou não) na hinterlândia conhecidos pelo nome de *frúrion* (pl. *frúria*). Em 1967, Georges Vallet, ao escrever sobre a cidade grega e seu território, introduziu a temática dos santuários extra-urbanos como marcadores territoriais, marcadores de posse e de identidade de uma pôlis.¹⁷ Sua hipótese foi retomada mais tarde por F. de Polignac (1994) e continua sendo discutida nos dias atuais, à luz de novos achados arqueológicos. Na interpretação de Polignac que abrange não apenas a Grécia Ocidental, mas sim toda a helenidade, os santuários extra-urbanos haviam sido fundamentais na própria criação da pôlis e em sua história posterior, no sentido de consolidar solidariedades, no sentido de unir

os cidadãos em torno de cultos mediados, tanto no território quanto no centro urbano. Divindades protetoras do território e divindades relacionadas à fundação da pôlis eram assim cultuadas promovendo a unidade entre as várias partes da cidade. Os santuários entrariam, assim, como elementos importantes na defesa de fronteiras dando a estas tanto funções estratégicas quanto funções simbólicas. A flexibilidade e as disputas nas fronteiras seriam apenas mais um motivo para a instalação deste tipo de santuários. Por outro lado, os dados de escavação provindos de cidades como Gela, Tarento, Síbaris – para não mencionar apenas o caso bem conhecido da Ática¹⁸ – mostram uma hinterlândia pontuada desde o século VII por um número significativo de locais de culto religioso de muitos tipos, pequenos ou grandes. Fato que pode indicar que o estabelecimento de uma paisagem religiosa implica igualmente no estabelecimento de uma paisagem de poder sem a necessidade de aparato militar. Em muitos casos esta indicação pode ser reforçada pelo uso da monumentalização de santuários na *khóra*. Para citar apenas alguns casos, podemos falar das áreas sagradas a leste e oeste da *ásty* de Selinonte; nos inúmeros santuários extra-urbanos da Ática (que foram inclusive reformados e revitalizados durante o governo de Péricles); nos santuários extra-urbanos de Mileto, de Poseidônia e assim por diante. Mas, é o mapeamento dos pequenos santuários extra-urbanos, das pequenas áreas sagradas que vai refletir a capilaridade do poder, da dominação de uma pôlis sobre a hinterlândia, como se afere diretamente da obra de F. Veronese (2006) sobre a Sicília.

Os *frúria*, mencionados acima, por sua vez, também parecem ter tido uma função essencial na marcação de influência de uma pôlis sobre um determinado território. *Frúrion* é um termo grego empregado em contexto clássico para designar assentamentos militares, fortificados, com funções de vigilância, ofensivas e defensivas (Heine-Nielsen, 2000, p. 54 e *passim*). Nesse sentido, pode ser traduzido como ‘forte’ ou ‘guarnição militar’. Vestígios destas instalações na *khóra* têm demonstrado o quanto era importante para as pôlis gregas garantir sob a sua influência direta um cinturão territorial que representasse não apenas mais terras passíveis de exploração agrícola, mas também a facilidade de acesso a um interior mais remoto. Entretanto, mais e mais, a Arqueologia tem demonstrado como a hinterlândia de muitas pôlis apresentava estas instalações, às vezes com ocupação temporária, mas com frequência representadas por estruturas muito mais complexas do que simples fortões ou torres, possuindo residências, necrópoles, santuários, sistemas viários. Os assentamentos de Casmene e de Akrai na *khóra* siracusana são exemplos que merecem ser citados neste sentido

16. Neste volume, veja-se por exemplo os capítulos de Puccini e Tabone; cf. ainda Florenzano (2019a).

17. Antes de Vallet e desde o início do século XX, a ideia predominante era que estes santuários extra-urbanos — ao menos os do Ocidente grego — eram locais de freqüentação muito antiga, indígena, que os gregos haviam reforçado quando de sua chegada ao Sul da Itália e à Sicília. Em torno dos anos de 1950 começou-se a pensar que talvez tivessem sido locais de freqüentação micênicas, da Idade do bronze. (Greco, 2008, p. 57)

18. Para Tarento, veja-se principalmente Greco (1981); para Síbaris, Lombardo (1994) e Gualtieri (1997) e, sobre Gela, veja-se Panvini (1996); texto de Tabone neste volume, no qual se incluem as referências a Micciché (2011) e Buckingham (2019). Para a Ática, veja-se o já citado Chevitarese (2001), com bibliografia precedente.

(Florenzano, 2018a; Mertens, 2006; Cerchiai, 2004; Di Vita, 1961). Mas estes foram instalações planejadas por Siracusa, com dimensões consideráveis, destinadas a manter o controle sobre um vasto território interiorano e sobre as rotas de acesso ao interior. Inúmeras outras cidades mantinham *frúria* mais modestos: pequenas torres militares, amuralhadas e anexadas a pequenas aldeias. A Arqueologia constata este tipo de instalação nas *khórai* de Himera, Velia, Agrigento, Tarento, Lócris, Poseidônia, para citar apenas algumas. O interesse do estudo dos *frúria* reside não apenas no fato de que o seu mapeamento permite compreender até onde se estendia o interesse de uma pólis na hinterlândia, mas também no fato de que em muitíssimos casos estas instalações são os locais mesmos do contato cultural entre pólis e entre gregos e indígenas, além de se configurarem como pontos de paragem nas rotas de comunicação em direção ao interior. Juntamente com a paisagem religiosa, os *frúria* demonstram a complexidade das ações empreendidas pelos gregos no intuito de disciplinar o espaço e de estabelecer as fronteiras de suas cidades.¹⁹

Referências bibliográficas

Fontes textuais

- Aristóteles, tradução de Mario da Gama Cury, UnB, 1985.
- Eliano traduzido ao português a partir de tradução de Thomas Stanley, Londres, Thomas Dring, 1665.
- Homero, tradução de Donald Schuler, Porto Alegre, LPM Pocket, 2007.
- Platão, tradução para o português a partir da edição da *Loeb Classical Library*, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd. 1967 & 1968, tradução de R.G. Bury, vol. 10 e 11.
- Sólon, tradução de Gilda Naécia Maciel de Barros em *Sólon de Atenas - a cidadania grega*, São Paulo, Humanitas, 1999.

19. Sobre os *frúria*, deve-se ver tese de Doutoramento de Viviana Lo Monaco: Redes de interação entre gregos e não gregos: os *frúria* de fronteira na hinterlândia da Sicília grega, defendida em 2018 no Programa de Pós-graduação do MAE/USP e disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-23112018-093434/?&lang=pt-br>>

Bibliografia

- ASHERI, D. Distribuzione di terre nell'antica Grecia. *Memorie dell'Accademia delle scienze di Torino, Serie 5, Classe delle scienze morali, storiche e filologiche*; n. 10. Torino, Accademia delle Scienze, 1966.
- BRUNET, M. A propos des recherches sur les territories ruraux en Grèce égéenne: un bilan critique. *Atti del quarantesimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia Problemi della chora coloniale dall'Occidente al Mare Nero*, 29 sett-3 ott, 2000. Nápoles, l'Arte Tipografica, Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grécia, 2001, pp. 27-46.
- CARTER, J.C. *La scoperta del territorio rurale Greco di Metaponto*. Venosa, Osanna Ed., 2008 (2006)
- CATANIO, I.C. *A casa foceia: o papel do espaço doméstico nas apoikias gregas do Mediterrâneo ocidental (650-350 a.C.)*. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia –USP, 2017.
- CERCHIAI, L. et alii. *Greek Cities of Magna Graecia and Sicily*. Getty Publications, 2004.
- CHEVITARESE, A.L. *O espaço rural da pólis grega. O caso ateniense no período clássico*. Rio de Janeiro, Fábrica de Livros, 2001.
- CHILDE, V.G. The Urban Revolution. *Town Planning Review*, 2, 1950, pp. 9-16.
- CORCELLA, A. La frontiera nella storiografia sul mondo antico. Em *Confine e frontiera nella grecità d'Occidente Atti del XXXVII Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, 1997, pp. 43-82.
- DAVERIO-ROCCHI, G. *Frontiera e confini nella Grecia antica*. Roma, L'Erma di Bretschneider, 1988.
- DAVERIO-ROCCHI, G. Confine e fronteira della polis: spazio di vita e categorie geographique. Em Gehrke, H. J.; Arnaud, P.; Prontera, F. *Conferenze di ricerca italo-franco-tedesche – Villa Vigoni 6-7 ott 2008. Geographia Antica. Geographia e politica in Grecia e a Roma*, XVIII, 2009, pp. 47-61.
- DI VITA, A. Un contributo all'urbanistica greca di Sicilia: Kasmenai. *Atti del Settimo Congresso Internazionale di Archeologia*. Roma, 1961, II, pp. 69-77.
- FLORENZANO, M.B.B. Repartindo a terra na Grécia Antiga. Em A. Zierer; A.L. B. Vieira (orgs.) *História Antiga e Medieval. Viagens e Viajantes, Cultura, Imaginário e Espacialidade*. São Luis, Ed. UEMA, 2012, pp. 293-308.
- FLORENZANO, M.B.B. O espaço ordenado na cidade grega antiga: lotes,

quarteirões ou eixos viários? Em Cerqueira Lima, A. C. *Imagen, gênero e espaço. Representações da Antiguidade*. Niterói, Ed. Alternativa, 2014, pp. 71-83.

FLORENZANO, M.B.B. A organização da khóra na Sicília grega sul-oriental: Siracusa diante de sua hinterlândia. *Cadernos Lepaarq*, v.15, 29, 2018a, pp. 246-282.

FLORENZANO, M.B.B. As terras sagradas na Grécia antiga. *Revista Roda da Fortuna*, n. 2018/ 1, pp. 10-31.

FLORENZANO, M.B.B. Definindo a pólis grega: o papel das fronteiras na integração do espaço políade. Em Idem (org.) *Khorion-Xoπίον. Cidade e Território na Grécia Antiga*. São Paulo, Intermeios/Fapesp, 2019a, pp. 147-160.

FLORENZANO, M.B.B. O disciplinamento do espaço em Esparta: Arqueologia e História de uma pólis excepcional? Em F.V. Cerqueira e M.A.O. Silva (orgs.) *Estudos sobre Esparta*. Pelotas, Ed. Ufpel, 2019b, pp. 81-104.

FREDERIKSEN, R. *Greek City Walls of the Archaic Period, 900-480 a.C.* Oxford, Oxford University Press, 2011.

GIANGIULIO, M. 2001 L'eschatia. Prospettive critiche su rappresentazioni antiche e modelli moderni. *Atti del quarantesimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia Problemi della chora coloniale dall'Occidente al Mare Nero*, 29 sett-3 ott, 2000. Nápoles, l'Arte Tipografica, Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grécia, 2001, pp. 333-361.

GRECO, E. Dal territorio alla città: lo sviluppo urbano di Taranto. *AION, ArchStAnt*, III, 1981, pp. 139-157.

GRECO, E. *Archeologia della Grecità Occidentale 1: Magna Grecia*. Bologna, Monduzzi Ed., 2008.

GUALTIERI, M. *Fourth Century B.C. Magna Grecia: a case study*. Jonsered, Paul Astroms Forlag, 1997.

HEINE-NIELSEN, T. Phrourion. A note on the term in classical sources and in Diodorus Siculus. Em Idem, *Even more studies in the ancient Greek polis. Papers from the Copenhagen Polis Centre*, Franz Steiner, Stuttgart, 2002, pp. 49-64.

HIRATA, E. F.V. *Arqueologia, Religião e Poder Político no Ocidente Grego*. Tese de Livre-docência, Museu de Arqueologia e Etnologia – USP, 2010.

KORMIKIARI, M.C.; HIRATA, E.F.V.; ALDROVANDI, C.E. (orgs.). *Estudos sobre o espaço na Antiguidade*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2011, pp. 125-156.

LAWRENCE, D.L.; LOW, S. The built environment and spatial form. *Annual Review of Anthropology*, 1990, pp. 453-505.

LEPORE, E. Per una fenomenologia storica del rapporto città territorio in Magna Grecia. *Atti del settimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia (1967)*. Napoli L'arte tipografica, 1968, pp. 29-55.

LOMBARDO, M. Greci e indigeni in Calabria: aspetti e problemi economici e sociali. Em S. Settis, S. *Storia della Calabria Antica*. Reggio Calabria, Gangemi Ed., 1994, pp. 57-141.

LOMBARDO, M. Dibattito La frontiera nella storiografia sul mondo antico. Em *Confine e frontier nella grecità d'Occidente Atti del XXXVII Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, 1997, pp. 427-429 e 743-749.

LO MONACO, V. *Redes de Interação entre gregos e não gregos: os frúria na hinterlândia da Sicília grega*. Tese de Doutoramento, Museu de Arqueologia e Etnologia –USP, 2018.

MAZARAKIS AINIAN, A. *From Rulers' Dwellings to Temples. Architecture, Religion and Society in Early Iron Age Greece (1100-700 B.C.). Studies in Mediterranean Archaeology*, CXXI. Jonsered, Astrom Ed., 1997.

MERTENS, D. *Città e monumenti dei Greci d'Occidente. Dalla colonizzazione alla crisi di fine V sec. a.C.* Roma, 2006.

PANVINI, R. *Gelas. Storia e Archeologia dell'Antica Gelas*. Torino, Società Editrice Internazionale, 1996.

PEIXOTO, R.F. *Técnica urbana ortogonal e teoria da poesia oral: de Mégara Hibleia a Túrio*. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia –USP, 2017

POLANYI, K. The semantics of Money – Uses. Em G. Dalton, G. *Primitive, Archaic and Modern Economies. Essays of Karl Polanyi*. Boston, Beacon Press, 1968, pp. 175-203 (1957).

POLIGNAC, F. *Cults, Territory and the Origins of the Greek City-State*. Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1995.

RAPOPORT, A. *The meaning of built environment: a non-verbal communication approach*. University of Arizona Press, 1982.

ROBERT, L. *Recherches Épigraphiques*, REA, XLII, 1960, pp. 305-305.

ROUSSET, D. Les frontières des cités grecques. Premières réflexions à partir du recueil des documents épigraphiques. *Cahiers du Centre Gustave Glotz*, V, 1994, pp. 97-126.

SNODGRASS, A. Interaction by design: the Greek city state. Em C. Renfrew e J. Cherry, J. *Peer Polity Interaction and social-political change*. Cambridge University Press, 1986, pp. 47-58.

SOUZA, C. D. de. A morte lhe cai bem: reconsiderando o significado do mobiliário funerário na construção do prestígio social. *Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, v. 3, 2018, pp. 263-287.

VALLET, G. La Cité et son Territoire. Em *Atti del Settimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia, 8-12 ott, 1967*. Nápoles, l'Arte Tipografica, Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, 1968, pp. 67-142

VERONESE, F. *Lo spazio e la dimensione del sacro. Santuari greci e territorio nella Sicilia arcaica*. Pádua, Esedra, 2006

WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire. A Social and Economic Study*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1994.

WILL, E. *Doriens et Ioniens. Essai sur la valeur du critère ethnique appliqué à l'étude de l'histoire et de la civilisation grecques*. Paris, Belles Lettres, 1956

YNTEMA, D. Mental landscapes of colonization: the ancient written sources and the archaeology of early colonial Greek southeastern Italy. *BABESH*, 75, 2000, pp. 1-49.

Um ensaio comparativo sobre a ocupação da hinterlândia em terras fenício-púnicas: os casos da Sicília e da Sardenha¹

MARIA CRISTINA N. KORMIKIARI²

O texto que se segue faz parte de uma pesquisa desenvolvida no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, intitulada ‘Organização espacial púnica na Sardenha e Sicília: os casos de Nora e Panormo’. Esta pesquisa, na verdade, está inserida no conjunto de indagações e análises que vêm sendo desenvolvidas no próprio MAE pelo *Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga* (Labeca – MAE/USP). Apesar de centrar seus estudos na Grécia dos períodos arcaico e clássico, na formação e desenvolvimento da pólis, o Labeca igualmente aborda abordagens relacionadas aos contatos que colonos gregos forçosamente travaram, ao longo de sua história, com povos já habitando as suas áreas de colonização. Estas áreas, no Ocidente Mediterrâneo, são notadamente a Sicília e o sul da Itália.

Justamente na Sicília, temos um caso muito interessante de contatos culturais múltiplos. Os gregos, que ali chegam a partir de meados do século VIII a.C., tiveram que lidar e interagir não só com os indígenas locais, sículos, sicanos e elímios, mas também com os fenícios. Estes, segundo uma passagem hoje célebre de Tucídides (VI, 2), a qual relata a retirada fenícia para o lado noroeste da ilha por ocasião da chegada da empreitada colonial grega, teriam, portanto, precedido os últimos nesta corrida colonial³.

1. Os resultados apresentados neste capítulo contaram com o apoio de bolsa produtividade do CNPq, Proc. n. 312575/2018.
2. Professora Doutora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Co-coordenadora do Labeca – MAE/USP. tanit@usp.br
3. Esta passagem de Tucídides foi recentemente reanalisada por diversos pesquisadores italianos. Sandro Filippo Bondì (2012), ao comparar os dados arqueológicos com o texto tucídideano, propõe que o historiador grego tinha pleno conhecimento do percurso fenício na ilha. Tucídides teria descrito as diferentes fases das movimentações fenícias, desde o chamado momento “pré-colonial” até a expansão cartaginesa do século V a.C.